

## CONCEPÇÕES DE POLÍTICA DOS SUPERVISORES ESCOLARES

Benedita Severiana de Sousa

Orientador: Profº Mestre Daniel de Oliveira Franco

Universidade Federal do Piauí

Historicamente o termo política vem sendo deturpado, já que o termo é quase sempre utilizado como sinônimo de política partidária, de governo e de estado. Não obstante esse entendimento deve ser num sentido mais amplo, determinando as atitudes e as posturas que temos no nosso cotidiano, visando a construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária. Vale ressaltar que neste momento o que nos interessa é o espaço escolar, mais especificamente, os supervisores escolares, pois preocupa-nos a idéia deles ainda não terem conseguido se desvencilhar da concepção capitalista, que parte do princípio de que o supervisor só necessita apropriar-se de conhecimentos técnicos para desenvolver suas funções.

É por entendermos que esta concepção não tem mais espaço na vida profissional do supervisor escolar engajado na construção de uma sociedade igualitária e justa, que realizamos este estudo, com a intenção de compartilhar com seriedade uma profunda alfabetização política, onde seja cobrada a participação de todos nas instâncias de decisão, a fim de que todos sintam e sejam de fato sujeitos de sua história. Neste sentido concordamos com Maar, quando explicita que *na prática cotidiana, a atividade política assume a perspectiva de realizar dimensões humanas mais profundas no relacionamento pessoal, com respeito à diversidade individual e crítica a formas predeterminadas de conduta(1985:24).*

Com o intuito de compreender, as deturpações do termo política explicitaremos com a ajuda de Dallari (1984), os sentidos da palavra política pois, este, em seu texto “Que é Política?” analisa, conceitos de alguns estudiosos, como: política é a arte e ciência de governar, é arte porque comporta e exige muita invenção e uma sensibilidade especial para conhecer os seres humanos, suas necessidades, suas preferências, seus caprichos, suas virtudes; e é ciência porque hoje existem várias ciências que estudam os comportamentos humanos...; é o estudo do poder porque a tomada de decisões sobre assuntos de interesses comum

é sempre um ato de poder; é a Ciência do Estado porque a capacidade de tomar essas decisões está nas mãos do Estado ou depende dele.

*Essa última compreensão do termo política se consolidou e ainda encontramos resquícios em nossa sociedade atual, pois muitos entendem política como mandatos governamentais, parlamentares e nunca como uma ação coordenada e orientada do indivíduo para alcançar um objetivo. No entanto, para Dallari(1984), política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo – as a um fim comum, ou seja, é a organização social que procura atender à necessidade natural de convivência dos seres humanos; é toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade. Esse sentido de política é particularmente útil para nossa pretensão, uma vez que nosso trabalho procurou mostrar que política não é um privilégio dos “políticos oficiais”. Neste sentido Maar(1985), ressalta que a atividade política caberia privilegiar o estudo e a transformação das condições objetivas na sociedade que permitissem renová-la estruturalmente, com novas relações sociais e políticas, de modo a permitir então a plenitude da vida individual.*

*Sabemos que para compreendermos o termo política não basta só explicitarmos sua diversidade de sentidos, é fundamental refletirmos sobre sua historicidade. Então para discorrermos sobre a história do termo política recorreremos a Maar(1985), que nos esclarece que o significado do termo política hoje, é resultado de um longo processo histórico, durante o qual ele se firmou como atividade na vida social dos homens.*

*Segundo Maar(1985: 31), na Grécia o termo política foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da pólis, a cidade–Estado grego. Em outros locais como na Pérsia, ou no Egito, a atividade política seria a do governo, que comandava autocraticamente o coletivo em direção a certos objetivos: as guerras, as edificações públicas, a pacificação interna. Na Grécia , ao lado destas atribuições do soberano, a atividade política desenvolver–se–ia como cimento da própria vida social. O que a política grega acrescenta aos outros Estados é a referência à cidade, ao coletivo da pólis.*

*Para Maar(1985), esta forma de entender a atividade política como uma experiência que se reflete na vida pessoal, harmonizando–a com o coletivo, faz da política grega uma ética, um referencial para o comportamento individual em face do coletivo social, da multiplicidade da pólis. O autor continua esclarecendo que, sendo*

ética, a atividade política tem uma função pedagógica, de transformação dos homens em cidadãos, em políticos. Por sua vez a atividade do soberano, do chefe, passa a ser atividade de uma função definida pelos cidadãos, os políticos. O espaço de participação, antes respeito à prática do soberano, amplia-se para a prática da soberania exercida pelos cidadãos, sejam ou não governo.

Percebemos que nós cidadãos e cidadãs, ainda estamos longe de exercer nosso papel político com eficiência, pois sempre deixamos as coisas acontecerem, pensando que não é da nossa ousada, que são questões para os políticos resolverem. Por isso pressupomos que a formação política do Supervisor – assim como do profissional em geral – é de fundamental importância para que este venha desenvolver um trabalho, que possa oportunizar ao educando uma formação crítica que o capacite a resolver seus problemas corriqueiros.

Neste sentido Nogueira(1995) explicita:

*Que no exercício da política explicitamente ou não tem vinculação de valores. Estes por sua vez estão vinculados a uma concepção de mundo e é esta que dá o direcionamento da ação educativa. Toda prática tem a nortear a sua ação uma concepção de mundo e conseqüentemente de educação. Uma prática política só tem expressão e razão de ser quando está conforme os interesses daqueles em função dos quais ela é exercida. Assim, é político aquele que consegue interferir na realidade de modo a torná-la favorável àqueles aos quais o político diz-se representar.*

*Hoje, percebemos principalmente nas reivindicações dos docentes, e/ou supervisores por melhores condições de trabalho e de vida, que sua formação política está muito fragmentada, pois estes não conseguem conquistar uma hegemonia da categoria, que os levem a atingir os objetivos de suas reivindicações. Porém acreditamos que esta situação pode e deve mudar, para isso é preciso que esses profissionais se dêem conta de que é necessário lutar pelos interesses da categoria de forma uma sem pensar unicamente na satisfação pessoal de alguns, mas sim coletiva.*

*Entendemos que a desmitificação do termo política é de fundamental importância tanto para a formação quanto para a prática do supervisor escolar, por isso julgamos importante investigar e ou estudar sobre quais as Representações Sociais que os Supervisores da rede pública Estadual da Coordenação da Área Administrativa do Mocambinho têm sobre política.*

*Além disso, esta pesquisa tornou-se imprescindível não só por retratar o que os supervisores pensam sobre a política, mas também porque ela subsidiará novos estudos que tenham como preocupação discutir a questão da formação política dos educadores. Soma-se a isso a possibilidade dos resultados obtidos nesse estudo enriquecerem a prática política dos supervisores escolares da rede pública e privada de todo o estado e por extensão, a visão de política das cidadãs e cidadãos em geral. Assim, será possível construir uma mudança no “olhar” sobre política de modo a compreendermos mais amplamente as atitudes e posturas do cotidiano dos profissionais em apreço e das pessoas em geral.*

*O universo da pesquisa foi composto pelos supervisores que estão jurisdicionados à 4ª Diretoria Regional de Educação, a qual tem a seguinte estrutura: Diretor geral e Secretário Geral que coordenam a Divisão Administrativa, o Setor Pessoal, o protocolo e o Apoio.*

*A divisão Administrativa desta Regional é composta pela Divisão de Ensino e Divisão de Organização e Inspeção escolar. A primeira responde pelas escolas que se localizam nos bairros relacionados abaixo, sendo que cada um deles agregam os bairros mais próximos de si: marquês, Mocambinho, Bela Vista, Centro, Poti Velho, Monte Castelo, São Pedro, Parque Piauí, CAICs, CEBs, CEJAs e NEJAs.*

*A Divisão de Organização e Inspeção Escolar atende os municípios de Demerval Lobão, Lago Alegre, Miguel Alves, Monsenhor Gil e União.*

*Dentro desse universo pesquisamos os supervisores escolares que fazem parte da Coordenação da Área Administrativa do Mocambinho. Perfazendo um total de 16 supervisores escolares que estão distribuídos em dez escolas, existindo, portanto, em algumas dois supervisores. A amostra foi composta por um supervisor de cada escola, escolhido de forma aleatória conforme àqueles que foram encontrados ou que estavam dispostos a serem entrevistados.*

*O primeiro contato que tivemos com os sujeitos foi através da Coordenadora da Área Administrativa, na qual tivemos a oportunidade de fazermos um levantamento das escolas que estes trabalhavam. Após esse levantamento fomos realizar umas visitas às escolas para nos apresentarmos e falarmos do nosso projeto. Como nós sentimos dificuldades de encontrar os supervisores escolares nas escolas e quando encontrávamo-los estavam sempre muito ocupados, além disso, nosso tempo também estava resumido, tivemos que mudar a estratégia de coleta de dados, passando então, a realizar as entrevistas a própria sede da Área*

*Administrativa, uma vez que eles têm reuniões semanais envolvendo todos os supervisores escolares da Área Administrativa.*

*A coleta de dados foi realizada através de questionário e entrevista junto aos sujeitos. Sendo que o questionário teve como objetivo coletar dados que possibilitasse traçar o perfil dos sujeitos que compõem o universo da pesquisa. Para isso o elaboramos com questões fechadas, objetivas de múltipla escolha. Os dados do questionário foram organizados em tabelas, considerando os itens que elaboramos para traçar o perfil dos supervisores escolares, seguindo respectivamente de suas interpretações.*

*Para a entrevista foi elaborado um roteiro flexível que teve como objetivo coletar dados para identificar as Representações Sociais que os sujeitos têm a respeito de política. No decorrer das entrevistas podemos constatar a premissa defendida por Gil, ao citar Selltitz, onde explicita, que a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, sentem ou desejam, bem como, acerca das explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (1987: 113).*

*Como uma forma de evidenciar possíveis falhas na redação e elaboração das questões submetemos a entrevista e o questionário a um pré – teste, no qual aplicamos com duas supervisoras(os) que não faziam parte do universo da pesquisa, pois entendíamos que se fizéssemos a entrevista duas vezes com a mesma pessoa ela seria de uma certa forma favorecida em suas respostas. Após realização desse pré-teste sentimos a necessidade de alterarmos o roteiro de entrevista para adequação das questões.*

*Vale ressaltar, ainda, que utilizamos a entrevista, porque entendíamos que a linguagem oral dos sujeitos nos possibilitava perceber com clareza, a representação social que os mesmos têm sobre política, pois através do discurso poderemos averiguar e analisar suas contradições. Confirmando assim, a tese de Gil (1987), onde defende, que a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano, uma vez que as representações sociais que são construídas em nossa sociedade moldam este comportamento.*

*Para análise e discussão dos dados fizemos a tabulação de todos os dados colhidos pelo questionário e pela entrevista. A partir daí interpretamos os dados adquiridos, tendo como base o problema de pesquisa e o discurso dos sujeitos. Por*

*fim, fizemos o confronto destes dados com o referencial teórico que contempla o nosso trabalho.*

*Assim, tendo como referencial os estudos sobre Representações Sociais, como surgiu a política, uma sucinta análise sobre a escola brasileira, bem como surgiu a figura do(a) supervisor(a) escolar, definimos como objetivos da pesquisa os seguintes: analisar as Representações Sociais dos supervisores escolares da rede pública estadual da Coordenação da Área Administrativa do Mocambinho sobre política; identificar o perfil dos supervisores escolares; observar como os supervisores concebem o termo política; perceber de que forma a concepção que os supervisores escolares têm sobre política influência na sua prática profissional.*

*Com base nos estudos sobre as Representações Sociais percebemos que faz-se necessário discorreremos um pouco a respeito destas, que na compreensão de Oliveira e Werba (1998 : 181) apud Moscovici (1998), podem ser entendidas como “um conjunto de conceitos, proposições explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais”; “são “teoria” sobre saberes populares e do senso comum, elaborados e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real”. Essas autoras, ao explicares como se originam as Representações Sociais, citam, mais uma vez, Moscovici(1981:181), já que este considera as Representações Sociais como sendo “o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”. Jodelet(1989:36), outra teórica citada pelas autoras acima, confirma essa compreensão das Representações Sociais quando assegura que estas podem ser consideradas como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”*

*Com o intuito de continuar esclarecendo sobre a questão das Representações Sociais, recorremos a Abric(1987: 64), onde o mesmo explicita que estas são os produtos e os processos de uma atividade mental, através da qual um indivíduo ou um grupo reconstitui a realidade onde se confronta e para a qual ele atribui um significado específico.*

*Para o mesmo autor, as Representações Sociais possuem quatro funções essenciais: função de saber que permite aos atores sociais adquirirem conhecimentos integrando-os em um quadro assimilado e compreensível para eles*

*próprios, em coerência com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais aderem; função identitária que define a identidade e permite a proteção da especificidade dos grupos, assegurando, com isso, um lugar primordial nos processos de comparação social; função de orientação que visa guiar os comportamentos e as práticas definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social; função justificadora que permite a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. De acordo com essa função a representação preserva e justifica a diferenciação social, podendo estereotipar as relações entre grupos, contribuindo para discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.*

*Quanto ao surgimento da figura do (a) supervisor(a) no Brasil, sabemos que este surgimento ocorreu exatamente com o intuito de conservar a sociedade vigente. Para melhor esclarecer a função do(a) supervisor(a) escolar recorreremos a Nogueira (1989), pois esta esclarece que a função do(a) Supervisor(a) Educacional no contexto histórico brasileiro é essencialmente política, e não técnica como tem sido veiculada. Então, o fato de que na formação e na ação do supervisor(a) prevaleceu a técnica sobre o conteúdo, e os procedimentos sobre os aspectos políticos em detrimento dos fins da educação foi e é intencional, para que este tenha uma visão de mundo e de educação conservadora.<sup>1[1]</sup> Ainda em relação à função dos(as) supervisores(as) a autora explicita que desde seu surgimento no Brasil em 1957, até hoje, têm-se prestado a ser agentes da difusão da ideologia liberal<sup>2[2]</sup>.*

*Neste sentido Franco(1991:12), explicita que a implementação da supervisão escolar no Brasil em um momento de significância para o alinhamento econômico, mostra o caráter estratégico e político desempenhado pela supervisão escolar, tornando-se um elemento de sustentação ideológica do 'modelo' brasileiro dentro do sistema escolar.*

*Para melhor entendimento da consolidação dessa ideologia, recorreremos a Dermeval Saviani (2000), onde analisaremos um pouco sobre a função dos(as) supervisores(as) escolares numa perspectiva histórica, como surgiu a idéia de supervisão, bem como a profissão do supervisor. No que se refere à função do(a) supervisor(a), Saviani (2000: 14), explicita que já nas comunidades primitivas, onde*

---

<sup>1[1]</sup> Nogueira 1989.

<sup>2[2]</sup> Ver em historia da educação brasileira.

a educação se dava de forma difusa e indiferenciada, estava presente a função supervisora; na Idade Média, no modo de produção feudal a função supervisora vai assumir claramente a forma de controle de conformação, de fiscalização e, mesmo de coerção expressa nas punições e castigos físicos; na Grécia a função supervisora pode ser encontrada na figura do pedagogo, então ela se fazia presente na educação dos trabalhadores por intermédio do intendente. Ao pedagogo, que supervisionava a educação (Paidéia) das crianças da classe dominante correspondia ao capataz que supervisionava a educação (duléia) dos trabalhadores, isto é, escravos; no Império postula-se que a função supervisora seja exercida por agentes específicos.

No Plano de ensino formulado pelo padre Manoel da Nóbrega está presente à função supervisora, mas não se manifesta ainda à idéia de supervisão educacional, essa idéia fica explícita somente no *Ratio Studiorum*, ou seja, a função supervisora é destacada das demais funções educativas e representada na mente como uma tarefa específica para qual é destinado um agente distinto do reitor e dos professores, denominado prefeito dos estudos.

Quanto à profissão do(a) supervisor(a) Saviani(2000:25), explicita que na década de 20 surgiu os profissionais da educação, isto é, os técnicos em escolarização, constituindo-se como uma nova categoria profissional. É importante salientar que no estado do Piauí a figura do supervisor escolar surge na década de 60, ou seja, quatro décadas depois do reconhecimento da categoria como profissional a nível nacional. Segundo Braga(1999), somente em 1965 a supervisão escolar é oficializada, a partir da criação do primeiro Centro de Supervisão em Teresina.

*De acordo com a autora citada acima, com o intuito de cumprir as exigências da reforma de ensino, no Estado do Piauí a supervisão passa a ser realizada por especialistas em área específica do currículo, a partir do segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e não como generalista como acontecia nos outros Estados do Brasil.*

*No que se refere à escola brasileira na tentativa de sermos claros, entendemos que é indispensável, antes de refletirmos sobre esta, falarmos da educação de modo geral. Pois, sabemos que a educação existe em todos os lugares e de diferentes maneiras, uma vez que, cada povo por mais simples que seja sua*



*organização social possui meios educativos que assegure sua continuidade no tempo e no espaço, ou seja, tem um tipo de educação que lhe é específico. De acordo com Brandão (1995), não há uma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é sua única prática e o professor profissional não é o único praticante.*

*Existe então, dois tipos de educação, que é a formal e a informal, sendo que a primeira é sistemática e a segunda é espontânea e natural. A respeito desses tipos de educação Brandão (1995), explicita que a educação pode existir livre e pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como crença, aquilo que é comunitário, como bem, como trabalho ou como vida; ou pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. Entendemos com isso, que a educação produz diferentes tipos de homens separando – os e impondo – os, valores, crenças e normas, de acordo com os interesses ideológicos vigente de cada contexto. Vale ressaltar, ainda, que segundo Brandão (1995), mesmo os grupos que dividem e hierarquizam tipos de saber, de alunos e de usos do saber, não podem abandonar por inteiro as formas livres, familiares ou comunitárias de educação.*

Além disso, a história da educação nos mostra que a organização escolar formal do Brasil nas suas origens está estritamente vinculada à política colonizadora dos portugueses, mais precisamente os jesuítas, que em um processo de aculturação impuseram a sua cultura, e no lugar de nos educarem eles nos “domesticaram”, tornando – nos pessoas submissas e de baixa alta estima. Esse processo de aculturação foi tão forte, tão dominante que até hoje, em pleno século XXI sofremos conseqüências. No que se refere à domesticação Brandão(1995), coloca que a educação doméstica busca a formação da consciência moral. O adulto educado que esta educação quer criar é o homem capaz de renúncia de si próprio, de devotação de sua pessoa à comunidade.

Vale ressaltar, ainda, como bem lembra Ribeiro(1987), que a concepção de mundo à qual as escolas religiosas católicas – jesuíticas – estavam submetidas expressava a perspectiva de uma sociedade onde a aristocracia era a classe fundamentalmente dominante e que, conseqüentemente, ia se tornando politicamente cada vez mais conservadora, expressando prioritariamente os interesses da burguesia. Sendo assim, a nossa escola, assim como nossa

sociedade, é dividida em classes e expressam os interesses dessas classes. Existindo, portanto escolas direcionadas para a classe rica e escolas direcionadas para a classe pobre.

Com o intuito de esclarecermos melhor sobre esta questão recorreremos a Saviani(1991,p. 35), apud C.Baudelot e R Establet(1971), os quais explicitam que a escola é dividida em duas grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais; a burguesia e o proletariado.

Saviani (1991, p. 36), faz uma análise de como esses atores formularam as proposições de sua tese, a qual nos dará subsídios consistentes para compreendermos como se dar à divisão da escola. 'Existe uma rede de escolarização secundária-superior (rede S.S), e uma rede de escolarização primária-profissional (rede P.P). Essas duas redes se constituem, pelas relações que as definem, os aparelhos escolares capitalista, que é o aparelho ideológico do Estado capitalista. Enquanto tal este aparelho contribui reprodução das relações dominantes. É a divisão da sociedade em classes antagonistas que explica, em última instância, não somente a existência das duas redes, mas ainda os mecanismos de seu funcionamento, suas causas e seus efeitos' (Baudelot & Establet, 1971, p. 42). Diante disso, podemos dizer que a escola é utilizada pela classe dominante para controlar e conservar a sociedade vigente.

No entanto, a classe dominante defende a existência de uma escola unitária, unificadora, onde esta atenderia igualmente as necessidades de ambas as classes. Sabemos, portanto, que esta escola não existe na prática, sendo apenas, mais uma estratégia da burguesia para manter-se no poder.

No que se refere à divisão descola em classes ricas e pobres, recorreremos a Establet, pois ele explicita que essa divisão ocorre já nos primeiros anos de escolaridade dos indivíduos e que tem um duplo aspecto, pois de um lado há uma distribuição material, uma repartição dos indivíduos nos dois pólos da sociedade. De outro lado, garante uma função política e ideológica de inculcação da ideologia burguesa.

É interessante lembrarmos que esse controle vai tendo conotações variadas que segue os modelos vigentes a cada época. De acordo com Gohn(1994, p.12 a 13), os liberais defendem que a educação para a cidadania não faria parte do universo da classe trabalhadora ela não seria cidadã. No racionalismo a educação volta ser pensada pelas classes dirigentes como mecanismo de controle social,

propondo o “cidadão passivo” pois, *o que interessava era que as massas se tornassem ordeiras no seu convívio social, no seu devido lugar.* No neoliberalismo a noção de educação é bastante conservadora: educar para a cooperação geral.

Ainda com relação às conotações que a escola adquiriu citaremos Libâneo(1986), que ao analisar as tendências pedagógicas, explicita que no contexto da tendência liberal tradicional a atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade.

No contexto da tendência liberal renovada progressista a escola tem a função não só de *adequar as necessidades individuais do aluno ao meio social*, mas também *suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente (Libâneo:1986, 25)* . No bojo da tendência liberal tecnicista a função da escola é a de *produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informação precisas, objetivas e rápidas (Idem: 28 e 29).*

Com relação à tendência libertária progressista Libâneo (1986), explicita que a função escola é a de exercer uma transformação na personalidade dos alunos num sentido libertário e autogestionário. Enquanto que na tendência progressista crítico-social dos conteúdos, Libânio (1986), diz que a função da escola ocorre na *preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.*

*Por isso, o presente trabalho é fundamentado nas teorias que percebam a formação política do(a) supervisor(a) escolar, como algo que precisa ser repensada, qualificando sua participação, bem como objetivando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e que respeite a pessoa humana.*

*Entendemos que a ação educativa está intrinsecamente ligada à ação política do sujeito, por isso, repensar a formação política do supervisor escolar, passa também, por uma análise da educação brasileira e da historicidade do termo política. Foi nesta perspectiva que desenvolvemos esta pesquisa, tendo como foco as representações sociais que os supervisores têm sobre política, visando compreendermos melhor sua prática profissional. Portanto, este foi um trabalho de*

*cunho qualitativo descritivo. Sobre esse tipo de trabalho Minayo (1994, p. 21 a 22), explicita que esse tipo de pesquisa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, com um nível de realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos á operacionalização de variáveis.*

*De acordo com os resultados obtidos em nosso estudo, constatamos que dentre os supervisores(as) escolares nove são formados em Pedagogia e apenas um é formado em Letras. No que se refere à pós-graduação, dos dez supervisores(as) escolares entrevistados dois estão cursando especialização. Dos supervisores(as) escolares entrevistados nove têm interesse em discutir a temática política, enquanto um diz não ter nenhum interesse nesta temática.*

Partindo da análise feita das concepções que os supervisores escolares da rede pública Estadual da Coordenação da Área Administrativa do Mocambinho têm sobre política, podemos constatar que a maioria ao conceituar política, têm uma visão abrangente, que de certa forma, coincide com a visão que Aristóteles tem pois, ele diz que o homem é um animal político, porque nenhum ser humano vive sozinho e todos precisam da companhia de outros.

*Política é uma coisa que a gente é, nós devemos usar no dia-a-dia, no nosso cotidiano mesmo, tudo é política(supervisor(a) 07).*

*Política é a situação social que a gente vive são as coisas que acontece na sociedade (...) (supervisor(a) 06).*

*Política é uma forma de conscientizar o indivíduo dos seus direitos de cidadão no mundo ou no país onde vive né (supervisor(a) 08).*

*Política é muito importante, em todo os seguimento social, porque tudo tem esta questão mesmo política...(supervisor (a) 02).*

Analisando essas funções das Representações Sociais percebemos que os(as) Supervisores(as) pesquisados se utilizam da função justificadora para confirmar a visão que eles tem sobre política.

Podemos perceber também nas falas de alguns supervisores(as) escolares que a concepção deles sobre política está ligada à questão governamental, de partidos políticos e ou política partidária.

*Política são os representantes né, que deveriam trabalhar em prol do desenvolvimento da sociedade (supervisora(o) 01).*

*Política deve ser uma ação né, governamental voltada para atender os interesses da sociedade(supervisor(a) 03).*

Neste sentido Maar (1985), ressalta que a atividade política caberia privilegiar o estudo e a transformação das condições objetivas na sociedade que permitissem renová-la estruturalmente, com novas relações sociais e políticas, de modo a permitir então a plenitude da vida individual; que a política é sobre tudo uma atividade transformadora do real, da história.

No entanto, constatamos com este estudo que a visão dos supervisores escolares sobre o termo política, apesar de ser abrangente ao aprofundarmos os questionamentos eles a relaciona imediatamente a política partidária. Por isso, atribuímos essa concepção sobre política a própria história do termo política que veio ao longo dos anos se consolidando como política de governo, de partido, bem como, à formação acadêmica desses supervisores escolares que de acordo com a literatura, não cultivava o interesse e o hábito de discutir o tema em apreço.

Percebemos ainda, no desenvolvimento deste estudo que o tempo de serviço numa mesma escola, assim como o tempo em que atuam como supervisores(as) é fator importante, que possibilitam a esses profissionais desenvolverem um trabalho consistente e coerente, uma vez que, percebemos na postura de alguns entrevistados que atuavam há pouco tempo como supervisora, uma certa insegurança e receio de responder os questionamentos.

Constatamos que oito dos supervisores escolares pesquisados não fazem parte de nenhum movimento social ou político. Compreendemos que a ausência desses profissionais desses movimentos acarreta uma grande perda para a educação, voltada à formação de educandos críticos e conscientes, pois como bem disse Maar (1995), nos movimentos sociais, a política revela seu maior potencial dinâmico, pelo constante desenvolvimento de novas formas derivadas de situações cotidianas e da necessidade de sua transformação. Pressupomos então, que a participação desses profissionais em movimentos sociais lhes dariam elementos consistentes para enfrentar os inúmeros desafios que surgem no seu cotidiano profissional.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABRIC, Jean – Claude. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais, In. Estudos. Interdisciplinares de Relações Sociais, págs. 27 a 37, Ed. AB, Goiânia, 1998.
- ANDRADE, Narcisa Veloso de. Supervisão em Educação: um esforço para melhoria dos serviços educacionais, Rio de Janeiro, Luro Técnicas e Científicos, FENAME, 1976.
- BRAGA, Dalva de Oliveira Lima. As concepções de supervisão escolar e a prática dos supervisores escolares egressos da UFPI, Teresina: UFPI, 1999, p.177.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política, São Paulo: Abril Cultura, brasiliense, coleção primeiros passos, 1984.
- DAYRELL, Juarez. Múltiplos Olhares sobre educação e cultura, Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- FRANCO, Daniel de Oliveira. Supervisão Educacional: um enfoque da relação Supervisor X Professor, UFPI, Teresina, 1991.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, São Paulo: Atlas, 1987.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimento Sociais e Educação, 2 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LANE, S. T. M. Linguagem, Pensamento e Representações Sociais. IN: CODO, Wanderley et all. (org.), Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: brasiliense, 1992, págs. 32 a 29.
- MAAR, Leo Wolfgang. O que é Política, São Paulo: brasiliense, 1985. Coleção Primeiro Passos.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Introdução às ciências sociais, 2 ed. Campinas, São Paulo:Papirus, 1988.
- NOGUEIRA, Martha Guanães. Supervisão Educacional: a questão política, São Paulo. Loyola, 1989.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. Formação política do professor de 1º e 2º graus. São Paulo, Cortez, 1987.
- SAVIANI, Dermeval. A Supervisão Educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto(org.), 2ªed., São Paulo: Cortez, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico 22ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WAGNER, Wolfgang. Sócio – Gênese e características das Representações Sociais, In. Estudos. Interdisciplinares de Relações Sociais, págs. 03 a 26, Ed. AB, Goiânia, 1998.

VERAS, Roberto. Notas sobre educação participativa em um contexto de mudança social. IN. GARCIA, Regina Le3ite (org.). Aprendendo com os movimentos sociais, Rio de Janeiro, DP&A, 2000.